
DÍASPORAS, VIAGENS E ALTERIDADES: AS EXPERIÊNCIAS FAMILIARES DOS PALESTINOS NO EXTREMO-SUL DO BRASIL

Denise Fagundes Jardim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: *O “trânsito internacional” dos palestinos nos permite tratar das várias faces da experiência da diáspora. A diáspora tem sido uma categoria difundida por organizações de defesa da causa palestina que se confunde com a reivindicação de um Estado Palestino. É uma expressão que comporta um uso genérico como uma experiência “de todos os palestinos” que evadiram de um território originário. Uma outra expressão que encontro no trabalho de campo, é a diáspora referida a família “espalhada”, que visita-se constantemente, entre cidades, entre países, mas que não se reúne em um único lugar, um lugar “de todos”. Demonstro um dos eixos desta experiência de diáspora relacionada ao trânsito internacional. Viagens que são propostas pela família de orientação aos seus membros. A experiência pode ser vista como um momento da migração, a inserção de uma primeira geração, onde os laços familiares gradativamente vão se centrando no lugar escolhido para viver. Todavia, seja como uma característica de primeira ou segunda geração dos migrantes, as famílias são uma realidade intransponível neste trânsito, uma de suas condições sociais e nos permitem desvendar o itinerário da descoberta e da pertinência da identidade palestina para os filhos de migrantes nascidos no Brasil e ingressantes na vida adulta. Analiso como as famílias - aquelas que realizaram viagens internacionais - vivem esta experiência singular através dos relatos de seus filhos. Esta não é exatamente uma viagem de “retorno”, pois nem sempre é algo a reconhecer. Aqui, saliento a viagem como uma “iniciação” dos jovens, de forma proporcionada e planejada pela família. Esta experiência tem resultado na “re-descoberta” e “recriação” da pertinência do tema da “origem comum”. Longe de ser uma experiência individual, casual e disponível a qualquer um, está de acordo com uma experiência coletiva de alteridades.*

Palavras-chave: *diáspora, identidade étnica, imigração, palestinos.*

Abstract: *“Diasporas, Travels and Alterities: The Palestinian’s familiar experiences at Brazil’s extreme south” is a part of a study about arabian’s families migratory experience that came to Brazil in the late 50. This work treats about families that move to Chuí city in the late 60’s and still living there, though they keeps relatives at Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande and others cities in the south of Rio Grande do Sul. The families uses to expose the connections that they keep with exterior, sons studying at palestina, or that made great part of formal education outside, at Canada, England, United States and Argentina. The sons had a singular experience of international transit, as educational investment, as way to increase the familiar links that remains out of Brazil. For that, they use to travel visiting relatives, join familiar parties, especially engagements and marriages, by this way, they make feasible an informal education that they call be according their “costumes”. Also they use to travel for periods of living outside Brazil. I analyze the relates of who realized international travels, specially the migrant’s sons relates, the first Brazilian generation. For them, this is not a “come-back” travel, because sometimes there is nothing to recognize there. I analyze the “travel” through the suggestion of Oliveira Filho (1994), who takes the “travel” as a migrant important auto-reflexive enunciation experience. As the pilgrimages, travels are moments that allows to build socio cultural units linking persons and situations that before did not recognize each other. I emphasize, the travel, planned and proportioned by the family, as young people “initiation” to the origin theme. Far from an individual experience, casual an available to everyone, travels are according with an collective produced social situation and that dispose the person to an unalienable experience about alterities.*

Keywords: diaspora, ethnic identity, immigration, Palestinians.

Este artigo é parte de um estudo sobre a experiência migratória de famílias de origem árabe cuja entrada no Brasil data do final dos anos 50. Trato das famílias que instalaram-se na cidade do Chuí no final dos anos 60 e lá residem embora mantenham familiares em Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande, entre outras cidades no interior do Rio Grande do Sul.¹ São famílias que

¹ O Chuí é uma localidade situada na fronteira com o Uruguai no extremo sul do Brasil a cerca de 500 km de Porto Alegre e 20km de Santa Vitória do Palmar pela Br 471, e a 340 km de Montevidéu pela Ruta 9. O núcleo urbano das duas cidades Chuy e Chuí está entre as aduanas internacionais, separadas apenas por duas avenidas de mão dupla (a avenida Brasil e avenida Uruguai) e acompanham boa

explicitam os laços que detém no exterior, filhos estudando na *palestina*, ou que fizeram boa parte de sua escolarização no exterior, no Canadá, Inglaterra, Estados Unidos e Argentina. Proporcionam aos filhos uma experiência singular de trânsito internacional seja como investimento escolar, seja com a finalidade de estreitar vínculos familiares. Para tanto, realizam visitas periódicas, viajam para participar de festas familiares, sobretudo noivados e casamentos. Como forma de viabilizar uma educação informal a que chamam de estar de acordo com seus “costumes” planejam períodos de moradia no exterior.

Estas são experiências que permitem uma ampliação do conceito de diáspora contemplando, por definição, um fenômeno de inúmeras rediasporizações. Como lembra-nos Boyarin (1993 apud Clifford, 1997), um tipo ideal de diáspora nunca existiu. O uso do termo diáspora, portanto, se exemplarmente trazido da experiência judaica deve também, através dela, ser ampliado pois o que encontramos são experiências múltiplas de rediasporização. Mesmo no caso exemplar dos sefaradis não há um único centro de referência para uma teleologia do *retorno*.

O trabalho de campo no Chuí não é um estudo de uma aldeia e sim, como lembra-nos Geertz (1989) *na* aldeia. Uma afirmação que vista sob seu artigo de 1967 toma a devida dimensão desta descrição sobre os complexos sistemas sociais que organizam a vida nas vilas balinesas e as tornam *exemplos* dos vários planos de organização social. Portanto, estou considerando que um dos eixos desta recriação da identidade palestina esteja voltada para as relações sociais que se desenvolvem nas relações sociais possíveis na cidade.² A cidade

parte do trecho de terra da área limítrofe entre Uruguai e Brasil, um estreito trecho de terra entre o mar e a lagoa Mirim, duas cidades contíguas em seu espaço urbano. São uma das expressões da estratégia adotada pelos Estados Nacionais para garantir e “encenar” sua presença e controle dos limites territoriais, e os próprios “limites” entre Estados é feito pela cidade e através do aparato oficial e público ali centralizado.

² A acusação de “turco”, conhecida e difundida, e reutilizada nas relações entre árabes e acompanha uma divisão espacial da cidade. A “rua Jenin”, na realidade rua Colômbia do plano urbano do Chuí, acaba sintetizando, para os árabes, o lugar do produto vendido em grande quantidade e variedade e de qualidade menos confiável. Estas lojas são, portanto, um contraponto fundamental para as “grandes lojas” (também de árabes) em que os produtos teriam, segundo eles, uma melhor qualidade, seriam uma cópia mais bem acabada e se diferenciariam por escolher um setor - calçados, roupas, alimentos - como “o produto” da loja. Todos árabes sabem que trabalham nesta faixa do mercado, o da cópia, mais explícito nos produtos têxteis de vestuário, além disso, vendem basicamente para um público de baixo poder aquisitivo.

pode ser vista como um desses “entre-lugares” de sua experiência migratória destas famílias que se vêem como “espalhadas”.³

É útil saber a extensão de meu universo de pesquisa e de entrevistados deste trabalho de campo. Entrevistei cerca de 60 pessoas no período de dois anos de observação direta e participante entre as famílias. Elas concederam entrevistas e de modos diversos incorporaram minha presença nas atividades a eles ligadas e nas atividades da cidade onde centrei minha observação. É possível dizer que os “árabes” no Chuí estejam entre 200 a 500 pessoas em um universo de 3,2 mil habitantes. No entanto, os dados estatísticos disponíveis são escassos e pouco confiáveis, sujeitos a lutas políticas, muitas vezes superestimando o número de eleitores e moradores no sentido de viabilizar a existência da localidade recém emancipada que conquista o estatuto de município em 1995.

A “leva” de migrantes que analiso não é quantificada pelo poder público de acordo com sua procedência nacional, até porque ela inexistente ou é tomada “emprestada” pelos migrantes como estratégia que viabilize o ingresso no Brasil. O tratamento como “estrangeiro” no Brasil é individualizado e, portanto, contrariamente a outros períodos da história recente, os dados sobre a quantidade e o “perfil ocupacional” dos migrantes não estão inteiramente sob o controle de órgãos oficiais.⁴ De um modo particular, a quantidade de árabes é também uma incógnita. Os dados disponíveis corroboram que há uma entrada majoritária de jordanianos (como fluxo recente).⁵ Sua presença no Chuí não

³ O Chuí (Brasil) tem cerca de 3.614 habitantes registrados no censo do IBGE de 1996. Um levantamento de 1997 feito pelo Departamento de Assistência Social da prefeitura do Chuí registrou 6.564 habitantes. Os dados que estimam a presença de migrantes de origem árabe não são precisos, os entrevistados que ocupam cargos públicos na cidade estimam em cerca de 200 pessoas de origem árabe que são, de fato, votantes. As lojas dos comerciantes de origem árabe estão concentradas no Brasil.

⁴ Migrantes de origem árabe ou palestina são encontrados em diversas cidades no interior de todo o Rio Grande do Sul. A escolha da localidade do Chuí como campo de pesquisa ocorreu não só pela viabilidade de acompanhar uma grande concentração de migrantes que instalaram-se em lojas lado a lado estendendo-se na avenida internacional, mas também pela facilidade de inserção e de contato com os entrevistados, possibilitando multiplicar as entrevistas através de suas indicações na mesma cidade. O campo tornou-se mais interessante na medida em que através de seus relatos conhecia eventos que, durante 10 anos, modalidades diversas de iniciativas coletivas versavam sobre a origem “palestina”.

⁵ Parte destes dados é fornecido pela polícia federal. O número de estrangeiros de procedência jordaniana é de 134 e 13 palestinos no Chuí. Estes são dados obtidos em dezembro de 1999 sobre

significa necessariamente a participação no “dato estatístico” como recém-chegado ao Brasil, não aparece quantificável, na medida em que portam passaportes brasileiros.

Os dados disponíveis no IBGE sobre o município de Santa Vitória do Palmar, por exemplo, não registram *muçulmanos* na localidade, embora todos meus informantes recém migrados ou na segunda geração - que deveriam estar neste registro, indicassem que são muçulmanos. Os dados estatísticos disponíveis, que são poucos, não permitem indicar um comércio dominado por árabes e sim que o comércio é a principal atividade na fronteira e que atrai pessoas oriundas de diversas procedências: egípcios, sírios, sudaneses, libaneses, cearenses, paulistas, e de localidades próximas ao Chuí.

Nas casas de comércio instaladas no “lado brasileiro” há, entretanto, uma peculiaridade. Desde meados dos anos 90 houve uma proliferação de antenas parabólicas que dá para a cidade um aspecto interessante, muitas destas parabólicas são fixas e permanentemente voltadas para a Rede Dubai. Assim, televisores dispostos junto ao balcão do comerciante transmitem a programação em árabe para o dono do estabelecimento e para grupos de amigos que, conversando em árabe, se reúnem para assistir a televisão. Ao conhecer os comerciantes do local constata-se que as casas de comércio mais antigas e os maiores supermercados são gerenciados por famílias de origem árabe.⁶ Alguns

estrangeiros residentes no Chuí. Segundo o setor de estrangeiros da polícia federal, as três cidades no Rio Grande do Sul que concentrariam mais jordanianos seriam, por ordem, Uruguaiana (fronteira com Argentina), Chuí e Livramento (fronteira com o Uruguai). Em Uruguaiana residem 162 jordanianos e 3 palestinos, no Chuí 134 jordanianos e 13 palestinos e em Livramento residem 97 jordanianos e 7 palestinos. Embora esta população possa ser quantificada pela polícia federal, os dados sobre naturalização não estão disponíveis a ponto de sabermos qual a proporção de brasileiros nascidos no Brasil e naturalizados, nem sua naturalização indica uma procedência anterior. Algo que poderia ajudar a desvendar a extensão do universo de pesquisa e fornecer alguma comparação entre o que se passa no Chuí em relação ao RS.

⁶ É importante tornar explícito o que envolve a denominação de “turco” como acusação. Em que pese ela poder ser entendida como uma classificação neutra, atribuída pelo poder público brasileiro no início do século no momento de entrada de árabes que eram oriundos de regiões dominadas pelo Império Otomano, ela carrega outras conotações. Durante o trabalho de campo estas conotações foram sendo reveladas na localidade por aqueles que não tinham origem árabe, para estes, tudo o que é vendido em lojas “dos turcos” é visto como uma imitação da moda, um artigo de segunda qualidade, uma falsificação de grifes, vendida a preços mais baixos que as lojas que ditam as regras do bem vestir na localidade - no caso, as lojas situadas em Santa Vitória do Palmar.

dos comerciantes empregam também os recém-chegados na cidade e no Brasil. Há, portanto, uma presença não-quantificada de *árabes* que permanecem alguns períodos na localidade e que visitam o Brasil por algumas temporadas como turistas, recebidos pela solidariedade baseada na indicação de pertencer a uma mesma cidade natal, pela origem árabe, ou seja, um domínio comum do idioma árabe.

As atividades públicas evidenciavam a presença de duas gerações a partir das famílias migrantes chegados ao Brasil no final da década de 50 - pais migrantes e filhos brasileiros - mas também um intenso trânsito de estrangeiros oriundos da Jordânia com visto de permanência de estrangeiro. Estes últimos tinham uma experiência de inserção de primeira geração, ou seja, aprendizado do português e espanhol e inserção no comércio ambulante ou como sócios de lojas de pequeno porte. No entanto, a faixa etária coincide com a dos filhos dos migrantes já “estabelecidos”. Eles fariam parte de uma segunda geração de evadidos da *Palestina*. Podem ser considerados como uma segunda geração na diáspora, nascida na *palestina* durante a guerra e que vive a infância com os familiares na *palestina*. Vieram para o Brasil na idade adulta como forma de definir um trabalho e “ganhar a vida” e que se referem basicamente a sua cidade ou aldeia de origem, mais do que a uma palestina, como realidade nacional.

Em 1995, quando iniciei meu trabalho de campo no Chuí algumas das informações coletadas levavam-me a perguntar porque nos anos 80 e 90 algumas atividades coletivas e lúdicas traçavam a idéia de uma presença massiva, de uma “comunidade árabe” e, especificamente palestina na localidade do Chuí. Fazem parte das iniciativas coletivas a “Sociedade Árabe Palestina Brasileira Beneficente”, conhecido como o “clube árabe”, o “Central Palestino” (um time de futebol) que competira nas eliminatórias do departamento de Rocha visando o campeonato nacional uruguaio e as “festas de casamento”, em trajes trazidos da palestina, que inscreviam-se como parte das atividades sociais, lúdicas e públicas no Chuí e Santa Vitória do Palmar. Além disso, monumentos, nomes de ruas e desfiles em comemoração ao “Dia da Terra” (30 de março) tomado do calendário político da militância da (Organização pela Libertação da Palestina) OLP, movimentavam pessoas acerca da origem árabe e fizeram circular eventos e documentos sobre a presença de *palestinos* na localidade.

Antes dessa inserção da OLP, algumas famílias tinham esboçado tentativas de voltar a morar na palestina no início dos anos 80. Para isto utilizaram

seus passaportes brasileiros, depois de 20 anos de permanência no Brasil. Outras, usando variados arranjos familiares, tinham encaminhado os filhos em idade escolar para estudar em Jerusalém, mesmo que mantivessem suas atividades no Chuí. Assim, quando a OLP entra em contato com o clube árabe no Chuí, nos anos 80, falar da *palestina* não era evocar o passado do migrante, mas um assunto do presente – dada a familiaridade com o cenário político que inviabilizou sua permanência na palestina e, de fato, um tema *familiar*. Não dizia respeito somente a parentes “deixados” para trás, mas parentes e amigos que continuavam a ser visitados e visitavam o Chuí.

Isto explica a facilidade com que a OLP pode “recrutar”, mesmo que temporariamente, os filhos de palestinos no Chuí. O tema da “origem” já estava devidamente conhecido. Isto se deve, em grande medida, a prática da “viagem”, pensada pelos pais, primeiramente, como um possível “retorno”. Para seus filhos, por outro lado, fora uma forma de reconhecer o tema da origem como uma experiência pessoal e inalienável.⁷

Com minha permanência prolongada no Chuí foi possível verificar que a “viagem” não era uma prática que ocorrera somente nos anos 80. Encontra-se ainda hoje disponível, na medida do possível, não só como uma viagem de retorno, ou para peregrinação, mas como “a viagem” de jovens adultos quando irão conhecer uma rede de parentes e vizinhos, seja na palestina, seja em qualquer outra cidade onde residam. É um momento onde se configura a possibilidade de “acompanhar” irmãos que irão estudar “fora”, fora da família de orientação, ou buscarão delinear algum destino para a vida adulta, um casamento, um aprendizado de ofício, uma escolarização (básica ou de ensino superior).

Na perspectiva de órgãos oficiais de defesa dos direitos humanos, meus entrevistados “mais velhos” seriam, portanto, uma segunda geração que cresceu tendo o Estado de Israel como uma realidade e migrou para o exterior,

⁷ Analiso a “viagem” através da sugestão de Oliveira Filho (1994). Sugere que a viagem “da volta” é uma importante enunciação auto-reflexiva da experiência de um migrante, tal como as peregrinações, permite construir unidades sócio-culturais entre pessoas e situações que reconheciam-se como bastante diversas.

primeiro para países do mundo árabe, depois para o Brasil. Os órgãos oficiais palestinos e estudiosos consideram que há, atualmente, até uma quarta geração de palestinos desde a criação do Estado de Israel, que corresponderiam aos netos destes “estabelecidos” no Chuí. É entre estas famílias que a prática das viagens internacionais foram intensamente realizadas nos anos 80, porém as viagens não são um momento datado, acontecido. Elas permanecem disponíveis até hoje, durante meu trabalho de campo em 1997 algumas famílias continuavam propondo e planejavam viagens para os filhos.

O reconhecimento do Estado Palestino pela ONU na década de 80 significou a produção de diversas atividades coletivas no Chuí. Todavia, deve-se entender os meandros da denominação de palestino em seus vários planos. Um deles relativo ao que provoca na cidade do Chuí, um outro plano sobre o que é apreendido de suas relações e mediações familiares, incluindo os vínculos travados nos lugares de “origem” e, terceiro, os vínculos com organizações e acontecimentos internacionais recentes dirigidas aos filhos de palestinos residentes no Chuí (e em outras localidades no RS e Brasil). Certamente, não será uma única explicação que dará a entender a recriação e a pertinência de uma identidade social.

Diáspora e identidade palestina

Para entender a “identidade palestina” é necessário tomá-la como uma produção histórica recente. Esta “identidade” está sujeita a negociações diversas e muda de eixo constantemente, como uma identidade referida a um território, referida a uma definição de ascendência paterna, como um tipo racial que difere do árabe ou que nele se inclui como sua versão “moderna”. Estes eixos, saliente, não são produzidos exclusivamente por meus informantes. Inserem-se em um amplo conceito de diáspora amplamente difundido, através de eventos ocorridos na década de 80 quando do reconhecimento da OLP pela ONU e de Yasser Arafat como seu legítimo representante na década de 80.

A inserção nas vias diplomáticas internacionais significou também a instauração de escritórios de representação política em vários países a fim de que os evadidos em 1948 pudessem ser reincorporados. Ações como esta visavam não só inseri-los nas práticas políticas da OLP mas também ampliar a divulgação internacional que dá suporte e reconhecimento internacional para a “causa

palestina” e da existência de um “povo palestino”. Portanto, falar de fatos internacionais não é somente um cenário ideológico que relaciona a Organização para a Libertação da Palestina aos entrevistados no Chuí. Nos anos 80, algumas ações efetivas foram produzidas por parte da OLP para formar militantes. Cursos de formação política e um circuito de viagens para congressos nacionais e internacionais (no Brasil e na América Latina) eram ações propostas pela representação da OLP. O Chuí figura como a segunda cidade no Brasil que participa desta experiência de formação de militância, participando e familiarizando-se com uma organização com procedimentos padronizados. Este vínculo foi possibilitado pelo contato entre o escritório da OLP e o “Clube árabe” local.

Os fatos internacionais são um dos eixos explicativos desta identidade palestina. Permitem retomar a história recente dos conflitos entre nações, redefinições territoriais e embates diplomáticos que colocaram a palestina no mapa geopolítico no nosso século. As considerações que irei arrolar visam uma primeira explicação de porque a maioria dos informantes portam passaporte jordaniano no Chuí e podem aderir a explicação de que são *palestinos*.

Versões sobre a origem da *questão da palestina* e das populações que evadiram deste território a partir da criação do Estado de Israel em 1948 tem sido produzidas e difundidas amplamente.⁸ Assim, para os migrantes “estabelecidos” falar da palestina coincide com a explicação de um mundo dividido entre árabes e judeus, onde os palestinos são os evadidos de um território de origem. É uma explicação que filia-se a um discurso genérico embora os relatos coletados no Chuí demonstrem motivações e itinerários que não se reduzem ao perfil do “refugiado”. A perspectiva nasserista, por exemplo, sobre uma grande nação árabe versus os “outros”, ocidentais, americanos ou judeus, é acionada pelos migrantes mais velhos como forma de explicação da denominação como pales-

⁸ A este respeito Rashid Khalidi (1997) escreve que a identidade palestina pode ser datada neste período de esfacelamento do Império Otomano mas não deixa de remeter a polaridade Israel/Palestina, assumindo que a evolução do sentimento de identidade suscitou controvérsias no mundo árabe e na consciência popular árabe nas décadas seguintes.

tinis. Na realidade, o ingresso destes migrantes é contemporâneo deste nacionalismo árabe.

O nacionalismo árabe, o reconhecimento internacional da ONU da “questão palestina” em 1952 bem como um arabismo ancorado na idéia da grande nação árabe colocavam os *palestinos* como uma denominação de largo uso no cenário internacional. O banimento da língua árabe de algumas colônias inglesas e francesas possibilitava no início dos anos 60 que as independências (como a Argélia) revitalizassem símbolos vistos como primordiais – como o idioma – que servissem a uma idéia de comunidade e contigüidade com os demais estados árabes. A identidade palestina é, igualmente, objeto de projetos nacionalistas árabes, um dos motivos centrais para revitalizar ações políticas no sentido de uma unidade árabe utilizado diretamente por Nasser, o auge do nacionalismo árabe, que coloca-se como uma liderança e o grande avalista e mediador dos interesses palestinos até os anos 50 ressaltando a necessidade de uma unidade territorial, das cidades santas e dos territórios usurpados pelos colonizadores, como o canal de Suez.

Assim, em 1974, quando Yasser Arafat é recebido na ONU como legítimo representante do Estado Palestino⁹ abre-se a possibilidade, para meus entrevistados, de planejar um retorno, uma visita aos familiares, o que é realizado por muitas famílias no início dos anos 80. Em dezembro de 1987, começa a *Intifada* (*sobressalto*) também conhecida como *a revolta das pedras*, que estabeleceu-se nos territórios ocupados por Israel como uma luta espontânea que resultou na proclamação da independência do estado Palestino em 1988. A OLP foi reconhecida como legítima representante do povo palestino, anunciava a criação de um Estado palestino, mas tinha de sentar à mesa de negociações e reconhecer a existência de Israel. Neste momento, as famílias já haviam para-

⁹ A década de 70 é conhecida pelas ações armadas, como o setembro negro em 1970. O reconhecimento de Arafat e dos palestinos pela ONU inicia um processo diplomático que culminará com o acordo de Camp David em 1979. No entanto, as perseguições às lideranças da OLP seguirão, como os massacres de Sabra e Chatila em 1982 quando lideranças da OLP são cercadas pelo exército de Israel no Líbano.

do com o trânsito visando um “retorno”. Desde 1985 direcionavam seus esforços para atividades de trabalho, mas também as lúdicas vinculadas ao Chuí, o Clube de Futebol – Central Palestino – no início dos anos 90 é uma destas iniciativas coletivas.

Afirmar que a identidade palestina é múltipla, diversa, não significa dizer que os palestinos sejam uma invenção recente e artificial. Esta multiplicidade da experiência dos palestinos refere-se aos diversos caminhos traçados no sentido de alcançar a permanência em localidades frente a uma situação de perdas sucessivas de direito de cidadania. Como mostra Davis (1996), durante este largo período, a população palestina é englobada em outras nações árabes onde são, ao mesmo tempo, acolhidos como *refugiados*, parte do mundo árabe, e considerados também como estrangeiros. A base territorial, portanto, é uma das expressões de uma reivindicação do direito de cidadania, negado não só em Israel mas também nas anexações de territórios pela Jordânia que não contemplavam a possibilidade ingresso no mercado de trabalho em iguais condições. Os contextos mais próximos de sua aldeia de origem se entrelaçam com direitos e deveres de cidadania ditados por Israel e Jordânia, que conferem e restringem direitos de propriedade e de circulação na via pública. De outra parte, a Autoridade Palestina tenta redefinir e incorporar em uma noção de nação palestina aqueles que foram expulsos dos territórios de origem acionando a ascendência paterna como forma de recriar e incluir uma comunidade vista como dispersa.¹⁰

Na América Latina, sua presença é identificada como parte da migração árabe mapeada por fluxos e, muitas vezes, quantificada em bases confessionais, em geral as migrações mais recentes indicariam árabes muçulmanos e ajudari-

¹⁰ A “Autoridade Palestina” desde 1968 tem uma ampla definição do que venha a ser palestino. De acordo com a Carta nacional palestina de Julho de 1968 são palestinos todos aqueles de nacionalidade árabe que, até 1947 normalmente residiam na Palestina independentemente de se eles foram expulsos dela ou lá permaneceram. Qualquer um que tenha pai palestino – dentro ou fora da palestina – é também palestino. São palestinos os judeus que residiam normalmente na Palestina antes do início da invasão sionista, cuja data é bastante imprecisa, ou 1917 com a Declaração de Balfour, ou 1947 em plena guerra ou maio de 1948 com a proclamação do Estado de Israel.

am a localizar os palestinos. Esta classificação é pouco precisa pois cria uma identificação a priori associando os árabes como, necessariamente, muçulmanos não considerando conversões religiosas. Quantifica e considera os filhos de árabes nascidos no Brasil como árabes, dando o mesmo estatuto dos migrantes. O mapeamento de muçulmanos no Brasil feito por Delval (1992), por exemplo, baseia-se em dados fornecidos pela Liga dos Estados Árabes do Brasil e embaixadas. Estima que entre os árabes 55% sejam libaneses, 45% sejam sírios e 10% sejam palestinos. O levantamento demográfico dos muçulmanos no Brasil é feito através do mapeamento das mesquitas. Isto não inclui, por exemplo, alguns clubes que já nesta época mantém apenas uma sala para orações dentro do “clube árabe” como no caso do Chuí.

A Identidade Palestina como demonstramos tem vários itinerários. A situação de partida de meus entrevistados não se ajusta a uma versão genérica de “refugiados”, porém a própria identidade palestina, como demonstramos, tem um tortuoso e múltiplo caminho. É, portanto, uma autodenominação que não é produzida unicamente pela experiência dos migrantes que encontro no Chuí. Sua recriação, como veremos, acaba retomando temas importantes acima arrolados como a ascendência paterna, a aldeia de origem e a competência lingüística – maior ou menor – no domínio do idioma árabe.

Viagens e alteridades

A “identidade palestina” está entre as experiências que chamamos de diáspora, que mantém estas referências extra-locais (com relação ao contexto aqui observado) e contempla uma série de momentos históricos que encompassam a vida dos sujeitos e fornecem novos contornos para a recriação desta autodenominação. Para meus entrevistados, conhecedores da versão oriunda de organizações internacionais, a realidade da “diáspora” era expressa junto a experiência familiar:

Faisal – Veja bem, a Palestina, o povo palestino é um povo muito sofrido, é um povo que sempre tá na diáspora, sempre tá fugindo, tá sempre saindo. Noventa e nove por cento de meus amigos tão nos Estados Unidos ou em outro país, já não tão mais lá. Voltam pra lá pra visitar de vez em quando, se possível né, se o governo israelense deixa, senão tão de fora. Já perdi o contato com quase todos eles.

Denise – É mesmo? No caso, eles também teriam como tu um passaporte de estrangeiro?

Faisal – Caso eles conseguissem a nacionalidade estrangeira, eles poderiam voltar, senão não.

Denise – Mas, são amigos teus da mesma geração tua ou são familiares, como...?

Faisal- Bom, lá todo mundo é familiar, né. Um é primo do primo do primo do primo do primo, não sei o que. Então, todo mundo se considera familiar. Mas, não, a maioria são maiores do que eu, tem a idade de três anos a quatro anos maiores do que eu. Tem mais jovens do que eu também. Hã... né, e a maioria, hoje, se encontra nos Estados Unidos. São amigos que eu vou ter pra vida toda. Quando eu vou pros Estados Unidos, visito. Vou, fico na casa deles, parece que a gente se viu ontem, entende? Mas, eles tão lá com os problemas deles, com a vida deles, batalhando a vida, eu tô aqui com a minha vida. Se unir, o árabe também só se une quando é enterro ou casamento.

Este trânsito não se restringem a jovens, tal como refere o relato de Faisal (com cerca de 30 anos) mas o recorte entre gerações permite entender as distintas “viagens”, a dos filhos de migrantes e a dos seus pais, embora, muitas vezes, a façam juntos. Para os pais, refere-se a uma aldeia de origem que é reconhecida *na palestina*. Para os filhos, que irei tratar neste artigo, o aprendizado da língua árabe é um dos eixos de reconhecimento e de recriação da comunidade de origem. Este reconhecimento é produzido pelo aprendizado tardio do idioma árabe quando as viagens internacionais são fundamentais para este período de imersão no idioma. Há entre as famílias pesquisadas aquelas que não realizaram esta viagem, famílias cujos filhos falam um árabe aprendido em casa, considerado dialetal de Ramallah. Isto é mais comum quando pai e mãe são palestinos, mas mesmo assim, a viagem está no horizonte destas famílias como possibilidade de tecer casamentos para os filhos, escolarização. Assim, quando a mãe é brasileira, o investimento nesta viagem passa a cumprir vários objetivos e expectativas simultaneamente, um retorno e peregrinação do migrante, um aprendizado formal (ou informal) do idioma e costumes árabes para os filhos e possibilidades de traçar casamentos:

Sami – [...] E, realmente, eu não tinha muita coisa pra fazer lá. Esse primeiro ano era pra aprender o árabe, porque se eu gostasse, então, no ano seguinte eu iria [...] aprendendo com a família. Eu tinha um tio, um outro primo do meu pai, que era professor, professor daqueles professores, sabe, alfabetizadores, né. Então, eu ia

pra casa dele todo o dia. Eu tinha uma aula com ele todos os dias. Não era uma aula, no sentido clássico. [...] Chegava lá na casa dele, eu, acostumado, chegava disposto a ter uma aula, né. Então, ele, bem tranquilo: “vamos conversar”. Então sentava do lado dele, a gente ficava conversando, tomava um chá.

Denise – Ele só falava em árabe?

Sami – Só em árabe, sempre em árabe. Lá de vez em quando, que eu não entendesse algo assim muito complicado, ele me explicava em inglês. Um inglês que eu sabia mal e porcamente, mas que era o mais próximo do... da minha língua, então ficava um pouco mais fácil. E... então, eu sentava, tomava um chá, comia uma fatia de bolo. E nesse meio tempo, ele ia conversando comigo. Daí a pouco ele mandava eu abrir o caderno, desenhava uma letra e mandava eu repetir, eu tava aprendendo a escrever, o alfabeto e aprendendo a escrever. Então, mandava eu repetir. Aí eu repetia, ele me dava mais um teminha de casa em cima daquela letra e me liberava. Não chegava a ser uma aula. Aí a gente ia sentar... ele me levava pra sentar com os outros velhos pra conversar. Então, eu me sentava com as pessoas com... ele era vizinho do irmão mais velho do meu pai, então, a gente sentava todo mundo na calçada e ficava conversando e tomando chá. Depois eu batia uma bola com os filhos dele na rua e tava...

As viagens internacionais aqui tratadas focalizam as famílias que possibilitaram períodos de permanência no exterior para os filhos. Não significa, contudo, que somente aqueles que viajaram puderam se apropriar, ou primeiro se apropriaram da origem palestina.

Falar dos trânsitos internacionais, das viagens, é ao mesmo tempo falar da ingerência que a família teve na decisão da viagem e situá-la como uma família de um funcionamento singular, uma família “árabe”, uma iniciação que refere-se ao aprendizado formal ou informal do idioma árabe - especialmente para os filhos de migrantes que casaram com brasileiras. Em comparação com outras famílias locais, os filhos não aprenderam, como outras famílias locais, a dominar o idioma árabe na família de orientação. Quero salientar, portanto, a singularidade destas viagens internacionais em relação ao tema “diáspora” e “transnacionalismo”, expressas nesta experiência singular.

Minha observação registrava mais uma peculiaridade a uma noção genérica de “diáspora” relativa as constantes visitas de amigos e parentes vindos do Oriente Médio e vice-versa. Visitas e viagens que (re)estabeleciam vínculos familiares entre os que estão no Chuí e os que estão lá, como diziam, “no outro

mundo”, ou em outros países como Canadá, Arábia Saudita, Kuwait, Estados Unidos, Argentina e Peru.

A definição da “diáspora” como a experiência contínua da família dispersa torna-se uma realidade para a vida familiar dos informantes. Feriados locais, férias locais são os momentos propícios para reencontros e visitas. Assim, a “diáspora” para os jovens traduz uma experiência familiar e um sentido ambíguo sobre os ganhos desta distância e o desconforto de não poder reunir sua família nos finais de ano, nos feriados. Nos casos que irei expor, é um percurso de descoberta da origem propiciada pela família que, de modo muito especial, produz uma viagem de visita.

É, sobretudo, uma explicação sobre a distância entre familiares, e entre amigos feitos durante a permanência nos diversos países. Geralmente uma versão corrente entre os filhos de palestinos que moram em países diferentes, ou seja, uma segunda geração, os nascidos fora da palestina. Para os migrantes, aqueles nascidos na palestina, é um afastamento da terra natal e das relações que ainda detém com a cidade de origem, mesmo que ela tenha mudado de nome, tenha um nome conferido pelo Estado de Israel. Ainda é possível reconhecer alguns conhecidos que mantiveram-se na região ou deslocaram-se para suas imediações. O que há de comum entre estas versões é o reconhecimento dos laços de parentesco pela linha paterna que permitem aos filhos de migrantes definirem-se como palestinos. O uso desta definição está de acordo com a carta (1967) a que nos referimos da Autoridade Palestina e suas atitudes no sentido de incorporar a primeira geração dos filhos de palestinos evadidos até o ano de 1948 e nos anos seguintes, por ocasião de guerras e perseguições políticas bastante intensas até hoje.

Quem fala de “diáspora”, mesmo informado pelo modelo das organizações internacionais, dá um sentido mais amplo a esta experiência de diáspora, que não se restringe ao sentido de “retorno” a um território palestinos sim da “família espalhada”, “dispersa” e de seu trânsito condicionado e proporcionado pela mesma. Esta “dispersão” é uma realidade familiar e bastante comum e partilhada entre os amigos de origem árabe:

Nós se encontramos pouco. Muito pouco. Família.... A nossa família sempre, faz... desde 84, faz 11, 12 anos que... a questão de se ver, e ser encontrar, e se reunir... não, a família se desintegrou completamente. Cada um tá pra lá, tá pra cá. Desde oitenta

e... faz 12 anos. E começou isso cedo, eu tinha 15 quando começou essa história. Eu e o Suel(?) voltamos sozinhos pra Palestina, as minhas irmãs tavam no Brasil. Isso foi a primeira divisão. Tá. Depois de alguns anos a minha irmã foi pra Palestina, depois o meu irmão foi pra Inglaterra, o meu outro irmão foi pra Pelotas, e as outras irmãs tavam em Novo Hamburgo, e o pai e a mãe tavam em... Uruguaiana. E eu sozinho na Palestina. Tu imagina. Nós ficamos quatro anos sem se reunir, a família toda. Se reunimos aqui no Chuí, em 88, pela primeira vez em quatro anos (Said).

As entrevistas permitem demonstrar que mesmo esta dispersão revela uma conexão das relações familiares e de vizinhança no Chuí. Durante a entrevista, é Munira (casada com Taisir, irmão de Faisal) quem mostra as fotos sob o tampo de vidro na mesa do escritório da loja a qual trabalha:

Munira – Ó, essas aqui são minhas duas irmãs, essa e essa, a Sônia e a Fátima. Essa aqui é casada com...

Taisir – No Peru.

Munira – Peru. Lima, Peru. E essa aqui casou com o Bassen meu primo, agora eles vivem em São Borja.

Denise – Aqui tem o Chuí inteiro.

Munira – Ah, sim, um pouco de cada.

Taisir – Esse aqui é o Fares (presidente do Time de futebol Central Palestino), ó.

Denise – É. Esse aqui é o irmão do Máisar, o Anuar (família Hussein). Esse aqui é filho do Seu Ali (Said), né? (O depoimento anterior é de Said)

Taisir – Do Seu Ali, é. É interessante também conversar, que ele foi pra Inglaterra, estudou na Inglaterra. E esse aqui é meu primo. Outro primo meu.

Denise – E... Esse rapaz não trabalha no (Supermercado) Maracanã?

Taisir – Trabalha... sim, ele agora tá em Estados Unidos, o Iasser.

Esta conexão das relações entre filhos de migrantes não se restringe aos laços familiares, mas também se sobrepõe a vizinhança no Chuí. Como mostra o encontro de Said, que expusemos no relato acima, com Hatten (ambos filhos de famílias diferentes no Chuí). Said e Hatten, tem cerca de 25 anos. Atualmente moram no Chuí e cada qual administra uma das lojas de sua família. Said cuida de um dos supermercados de seu pai – que também tem outros estabelecimentos no Chuí e Novo Hamburgo (RS). Ele estudou em Jerusalém durante 9 anos e meio.

Said retornou de Jerusalém com 19 anos e permaneceu no Brasil 2 anos e três meses. Depois deste período foi para a Inglaterra fazer o curso de economia. A família manteve uma casa uma tutora em Jerusalém para os filhos estudarem no exterior. Depois, foi estudar economia na Inglaterra, pois seu irmão (Suel) estudava em Londres, fazia o curso de economia, e providenciou os papéis necessários. Sua influência foi decisiva não só em termos práticos, mas também na escolha do curso. Sua intenção era ir para os EUA mas não obteve visto.

Said – Aconteceu só duas vez, só. Eu conheci eles tudo aqui.

Denise – Mas, tu foi no casamento do Maisar, tu tava lá?

Said – Sim. Sim, quando... sempre... quando eu viajo, sempre eu... é que era essa a segunda vez que eu tinha ido a Palestina já, fazia tempo que eu não ia... 94 e 96 agora, eu não tinha ido desde 88. Da outra vez que eu encontrei os guris fora foi na Inglaterra, que eles vieram me visitar. Foi muito bom. Sempre se encontra gente do Chuí, sempre se encontra.

Denise – É. Na Inglaterra...

Said – Na Inglaterra foi uma loucura, viu. Ah, eles vieram especificamente pra me visitar, né. Eles iam pra Palestina e passaram na Inglaterra com intenção de me visitar.

Denise – Em que época isso?

Said – Isso foi em 93.

Denise – Mas, em que época do ano assim?

Said – Foi em outubro. Outubro, foi. Foi uma loucura, era o casamento da... de uma prima dos caras aí, dos amigos meus. Bah, isso aí... tinha um monte de gente da região da Palestina no casamento. Ah, foi demais.

Muitas dessas famílias falam que são “da mesma cidade” na região de Ramallah na palestina. Esta é uma explicação nativa para seus encontros frequentes, realizados em festas de casamento e noivados. Além de proporcionar viagens internacionais, as festas de casamento permitem atualizar os laços em redes de relações que não necessariamente se restringem a parentes “lá” e os ampliam para os vizinhos do local que irão visitar no exterior, mesmo que isto tenha um sentido “prático”. Yvone (cerca de 35 anos, filha de Hussein, irmã de Maisar, que consta no diálogo com Munira) contava-me que durante uma das festas de casamento na palestina pode ficar sabendo da vontade de seu marido em reencontrá-la. Temporariamente divorciados, o marido residia nos Estados

Unidos e mantinha comunicação com a irmã de Yvone (que não foi na mesma festa de casamento) mas que, como ele, morava nos Estados Unidos, em cidades diferentes.

A maioria das viagens tem uma motivação gerada e viabilizada através das relações familiares. Ou seja, nas famílias pesquisadas, as viagens internacionais eram planejadas com alguns anos de antecedência. Mesmo assim, isto pode dar uma impressão de que viajar para o exterior é algo muito fácil, mas do contrário, devo salientar o esforço despendido no planejamento e na viabilidade destas viagens internacionais, muito caras e muito longas. Significavam planejar as permanências de alguns meses no exterior. Um dado que a diferença de um simples período de férias. Diferente de uma viagem turística, o planejamento da viagem tenta aliar vários aspectos, quem os hospedará (quais familiares), quem os receberá no aeroporto, qual o itinerário de visitas a cidades e pessoas, se será uma viagem utilizada para um período de investimento escolar, a pretexto de uma festa de casamento, ou se sobrepõe estes vários sentidos a um investimento religioso, uma peregrinação a Meca. São poucos os migrantes que conseguem viver simultaneamente em dois países, como forma de gerenciar sua vida profissional, no comércio, e a vida familiar (manter a esposa e filhos estudando no exterior). Mas há casos em que este tipo de arranjo, muito caro, é utilizado:

Faisal – Eu não nasci aqui, nasci em Santa Cruz do Sul. Minha mãe é brasileira, o meu pai é árabe. Hã... O meu pai se radicou aqui faz muitos anos atrás. Era ele e o irmão dele, o tio Karin, que eram sócios. Enquanto meu pai tinha comércio em Santa Cruz, o meu tio Karin tinha comércio aqui no Chuí. E, dependendo da crise, quando lá tava bom eles iam pra lá, quando aqui tava bom eles vinham pra cá. A primeira vez que eu me mudei pra cá, foi quando eu tinha 8 anos. Morei até os 14 anos de idade. Depois, daí eu me mudei pra Palestina, morei em Ramallah dos 14 aos 16. Depois eu fui pros Estados Unidos, morei em Nova Iorque dos 16 aos 24 e voltei pra cá. E desde... desde lá, tô aqui.

Denise – Como é que foi essa mudança, essa decisão de mudança de lugar?

Faisal – Bom, até a Palestina não tinha opção, né. Tava.. fui acompanhado pela família. Daí meu pai, na Palestina, perguntou quem gostaria de continuar os estudos. Eu fui um cara sempre que me fascinava, sempre gostei de estudar. Não é que gostei de estudar, mas eu queria aprender. Então eu falei: “ah, eu vou ir”. Meu pai falou: “quem quer continuar tem que voltar”. Aí eu voltando, fui encontrar minha

irmã que tava recém casada em Nova Iorque e eles me convenceram de ficar lá. Eu acabei ficando e estudando nos Estados Unidos.

Além disso, para além de estreitar laços familiares, o sentido das viagens eram claramente uma proposta de retomada do tema da origem disponibilizada pela família. Para os migrantes (os pais, nascidos na palestina) isto era associado a possibilidade e a obrigação como muçulmano de peregrinar ao menos uma vez na vida para Meca. Algumas fotos expostas nas lojas marcavam, com o uso de trajes palestinos, o Rata e suas longas túnicas bordadas, o momento em que a peregrinação foi feita. Um assunto que era de amplo conhecimento do restante da família, esposa e filhos e, muitas vezes, aproveitava-se para levar um filho junto. É o caso de El Jundi que leva seu filho Sami em dezembro de 83 para *Zarka* e 10 anos mais tarde repete a viagem com o outro filho durante uma viagem de peregrinação e turismo pelo Oriente Médio, incluindo uma passagem por Moscou.

Se, para os migrantes, depois de 20 anos esta era uma viagem de “retorno”, para os filhos tinha um colorido especial. As entrevistas deixam transparecer que através das viagens houve um processo de aprendizado da “origem”, ou, em outras versões, um momento em que a “origem” passa a singularizar a família. Sami foi com 13 anos, em dezembro de 1983 para a palestina acompanhado pelo pai. Dez anos depois, Tarik o irmão mais novo repetiu a viagem com o pai. No caso de Sami, seu pai permaneceu um mês com ele, retornando para o Chuí. Sami ficou na casa de uma das irmãs do pai. Os planos eram que ele permanecesse na palestina um longo período visando o aprendizado do idioma árabe, o que era feito através de aulas particulares e, segundo Sami, pouco sistemáticas e através de muito estranhamento com relação a cultura local. Até a viagem, Sami dizia não ter nenhuma informação sobre a vida do pai e seus familiares:

Sami – Praticamente nada, era os tapetes na parede, uma que outra peça trabalhada... O meu pai, até 82... ele... se não me engano, aquela foi a primeira viagem dele, depois de ter vindo para o Brasil. É, foi a primeira viagem dele, depois dele ter vindo para o Brasil. Ele viajou comigo. Então, também... o que restava foram coisas que alguns parentes mandaram. Tinha vindo o irmão dele, trouxe algumas coisas, então...

Denise – O irmão dele tinha vindo há muito tempo antes, ou...?

Sami – Fazia uns 2, 3 anos, que tinha vindo o irmão dele, ficado aqui, passado as férias, um tempo, depois foi embora e trouxe algumas coisas. Então era isso, assim. Houve algumas tentativas esporádicas de ensinar o árabe em casa, mas não adianta...

[...] Eu não me lembro se ele tinha em casa. Mas eram coisas que pra mim não tinham nenhum significado. Não significava nada se meu pai andasse com o rosário na mão, contando continhas, não... não representava muita coisa pra mim. Tinha aquela coisa de que eu ia conhecer a família do meu pai, ia morar no Oriente Médio, mas... era como se aquilo fosse solucionar tudo o que a gente não sabia até então. Então, era a questão do momento de ir, e lá eu ia ficar sabendo de tudo. A coisa era assim.

Sami permaneceu 7 meses na palestina, na casa da irmã do pai. Foi em dezembro de 82 e retornou em junho de 1983. Uma experiência de muitos estranhamentos e reconhecimentos da “família árabe”. É possível pensar as viagens como um momento importante da descoberta da “origem”, aprendizado tardio do idioma árabe, e da descoberta da peculiaridade de uma “família árabe”. As viagens propiciadas e planejadas na família de orientação, no entanto, não são um momento único dos anos 80 no Chuí, mas um momento específico da vida familiar onde a família de orientação disponibiliza aos filhos a possibilidade de conhecer outros parentes, outros lugares e carreiras profissionais. Um movimento que é encontrado atualmente entre as famílias no Chuí:

Faisal – Foi legal, foi... pessoalmente, se eu posso dizer, os momentos mais felizes da minha vida que eu tive agora foram na Palestina.

Denise – É mesmo? Mas, o que que é... o que foi mais marcante, assim?

Faisal – Eu era um estrangeiro e eu me sentia como de casa. Lá eu era de lá, pertencia a lá... há... o lugar onde eu morei lá, de cultura diferente, de povo diferente, de um modo diferente, mas me tratavam como se eu fosse de lá pra sempre. E eles são muito hospitaleiros, são muito amigáveis, são muito honestos, dedicativos, amigos. O bonito do povo palestino é que não importa onde a gente nasce ou se cria... Em primeiro lugar eu quero dizer que eu me considero muito brasileiro, tão brasileiro como qualquer outro brasileiro que está vivendo muitos anos aqui neste país. A minha mãe é brasileira nata, pura, de descendência índia. Então ela é muito mais brasileira que qualquer brasileiro de origem italiana, alemã ou outro que tá aqui. Eu nasci numa cidade onde eu adoro, até hoje eu sonho com ela, tenho muito orgulho dela.

Todavia, este deslocamento pode representar uma dúvida, uma dificuldade de situar-se entre estes duplos pertencimentos que a viagem possibilita. Para Sami:

Sami – [...] o que eu não consegui superar foi a limitação do vocabulário. A família... uma família humilde, tanto financeira quanto... quanto socialmente, intelectualmente, então o vocabulário que eu aprendi, que eu desenvolvi neste tempo, se restringia às necessidades do dia-a-dia, nada mais que isso.

Denise – Domésticas.

Sami – Era um vocabulário estritamente doméstico. Um pouquinho mais que eu aprendi assistindo televisão e o resto, realmente. Então, saía de casa, quando tentava manter uma conversa um pouco mais elaborada com alguém, aí aparecia a dificuldade. Agora, no dia-a-dia ninguém dizia que eu era estrangeiro, exceto pela minha cara que... que ficava meia escancarada.

(Atualmente Sami fala da possibilidade de obter um passaporte italiano através da origem da Mãe).

A dificuldade encontrada por Said, de outra família, mostra uma familiaridade diferenciada em relação ao idioma árabe. Said foi levado pelo pai a morar em Jerusalém e iniciar muito mais cedo sua escolarização em árabe. Na mesma família, as faixas de idade dos filhos propiciaram competências e desenvoltura melhores ou piores na cultura e idioma árabe. Seu estranhamento gera um outro tipo de relato, o do desconforto com o duplo pertencimento:

Vinte e cinco vezes, já atravessei o oceano. Eu tô morando que nem cigano há vinte anos já, não... não quero mais. E vou morar mais alguns anos ainda, não adianta, tô vendo já, né. Não adianta, tchê, vou ter que parar um dia. E o dia que eu quero parar, quero parar num lugar que eu pertenço. Se aqui eu sou turco, lá na Palestina eu sou brasileiro [risos]. Pelo menos é um consolo, porque quando eu cheguei na Inglaterra, os caras me perguntaram donde eu era, eu já não sabia mais o que falar. (Said).

Eu falava pra eles: “eu sou palestino do Brasil”, “como?”, “bom, eu sou brasileiro. Meu pai é palestino”. E os caras me viam com a fisionomia bem diferente, oriente médio, tu fala árabe, como os árabes, e depois eu fazia festa com os brasileiros, isso que eles ficavam apavorados... (Said).

Das várias formas como é referida a experiência deste trânsito, condicionado e proporcionado pela família há momentos onde os entrevistados refletem sobre a peculiaridade desta experiência e atribuem a um funcionamento familiar próprio. Na realidade, chamo a atenção para um momento de descoberta deste “funcionamento” singular. Comparativamente, os relatos de filhos que não fizeram a “viagem” apresentam uma outra postura perante a família, relatos que naturalizam “a família árabe”.

Durante as viagens internacionais ocorrem decisões individuais. Os relatos dos filhos que viajaram no início da idade adulta mostram os conflitos quanto a decisão individual de permanência e deslocamento internacional. Revelam, através dos conflitos, que aprenderam um “estilo da família”, explicando, ao mesmo tempo, como aderiram a propostas concretas de definição de rumos profissionais e afetivos trazidos pelos pais:

Faisal – O árabe aí, também, ele é bem mais unido, né, bem mais... [...] essa... essa... fraternidade que existe entre eles. O contra é que todo mundo te conhece um pouquinho demais e todo mundo se mete um pouquinho demais na tua vida [risos].

Denise – Certo.

Faisal – Às vezes... tem vezes que tu quer... não quer que ninguém se meta, tu quer fazer o que tu quer fazer e eles se metem muito na tua vida. Então, eles acabam interferindo nas tuas decisões do dia-a-dia ou da tua vida, principalmente os familiares muito. Um pai, antes de fazer qualquer coisa, ele pensa um milhão de vezes. Pensar nos filhos, né, o que que é que vai acontecer, ou deixa de fazer por causa dos filhos. E vice-versa, os filhos também. Um filho deixa de... que um filho tem talento de música, mas acha que o pai tá contra que ele seja músico, o pai quer que ele sege comerciante, o filho até abandona o talento e o desejo dele de ser músico pra satisfazer alguma(?) do pai. Que o pai árabe...

Denise – Tu acha que... tu acha que em parte tu fez esse tipo de coisa na tua vida?

Faisal – Eu fiz, eu muito.

Denise – Negociou contigo mesmo...?

Faisal – Negociei muito com meu pai.

Denise – Com o teu pai e contigo mesmo?

Faisal – E comigo mesmo. E... hã... o pai árabe é teu pai pra vida toda. Eu posso ter 70 anos e ele 90, ele ainda vai me mandar, ainda eu vou ter o mesmo respeito, o mesmo carinho. Respeito é uma coisa que a gente tem muito pelos... pelo lado árabe. Não é que pelo lado brasileiro eu não tenho, com a minha mãe eu tenho

muito, mas a minha mãe hoje tu pode dizer que ela é mais arabesca do que brasileira, em costume.

Denise – Ela viveu lá, né?

Faisal – Ela viveu lá, e depois ela toda vida viveu com o meu pai e... o jeito que ela vê a vida, acredita na vida, é muito parecido do jeito que meu pai vê e acredita.

Ou, de outro modo, constroem um certo distanciamento frente a um “modelo” que foi sendo conhecido na viagem, na permanência na palestina, em geral, em parte da parentela paterna:

[...] E eu não fui... hã... não me foi explicado que lá as regras do jogo eram um pouquinho diferentes. Então, a coisa foi meio pesada pra mim. Começava dentro de casa: nove filhos... hã... cinco mulheres e quatro homens. As duas filhas mais velhas eram mulheres. Tinha uma de... na época, ela já tinha 21 anos, era mais velha. A outra tinha 18, e o terceiro filho era um guri que tinha 16. E a regra era muito simples: elas eram as culpadas de tudo que acontecia de errado em casa. Mais interessante: as pessoas diziam: “ha, mas...”, os homens..., quem botavam as regras do jogo em casa. Os árabes são interessantes: quem manda em casa é a mulher. Isso eu vi em todas as famílias. Quem impõe as regras dentro de casa é a mulher e quem preserva o poder do homem dentro de casa não é ele, é a mulher dele. Ela toma as decisões, ela garante que a coisa seja feita daquele jeito e ela garante que os filhos cumpram e sigam as mesmas regras. [...] Então, como ela já tava com um pé fora de casa, ela mantinha uma certa distância dos problemas domésticos, né, da casa. Ela vinha, cuidava da vida dela, saía, trabalhava, voltava.... não me lembro se ela trabalhava ou estudava nessa época... E o noivo... vinha fazia as visitas dele, e eles não se envolviam muito. Então, o saco de pancadas era a outra, a segunda mais velha, com 18 anos que... que tava estudando, tava terminando o segundo grau, tava no último ano se preparando para uma possível universidade, que ela sonhava com isso, tinha essa aspiração. E, se não fosse ela, estourava na outra menina, era sempre as culpadas. Não importava quem tivesse feito o que, as culpadas eram sempre as gurias. E eu cometi o erro de começar a me atravessar nesse tipo de coisa. Não era problema meu, mas eu não tinha muita tolerância com esse tipo de coisa. Eu não quero saber quem é que manda, eu quero saber quem é que fez a sujeira. Quem fez a sujeira foi o fulano, não foi ela. Então, isso... dentro de casa já criei esse atrito doméstico. (Sami).

Outro atrito que ocorria nesta permanência na palestina era quanto a definição religiosa. O pai foi acionado para buscar Sami na casa dos parentes:

Sami – Um outro problema, uma coisa que acabou me criando alguns problemas também foi em relação à religião. Então, o pessoal queria porque queria que eu virasse muçulmano e frequentasse a Mesquita. Queria, porque queria. A coisa chegou a ponto, assim, de a discussão sobre isso, de... da discussão ser pesada, calorosa, por causa disso.

Denise – E qual era o argumento pró, e qual era o teu argumento?

Sami – Não tinha argumento. Não se argumenta sobre isso. Sobre a fé não se argumenta. Tem que ser, porque tu é e ponto. Tu mora na minha casa, tu vive no meu país, tu tem que ser e ponto. Então... até certo ponto eu me dobrei, eu comecei a frequentar a Mesquita. Até tentei, teve... caiu justamente um mês de Ramadã enquanto eu tava lá, aí eu fiz jejum um dia, terminei o dia amarelo de fome, desmaiando pelos cantos de hipoglicemia. Aí eles quando viram que realmente eu fiz, mas passei mal, aí pararam de me incomodar. Mas, a Mesquita eu comecei a frequentar. E eu frequentava a Mesquita por dois motivos. Na primeira vez eu fui meio empurrado, aí eu descobri que a Mesquita era um belo lugar pra se passar o dia.

O que aconteceu com Sami, não coincide com o relato de Said. A família de Said optara por escolarizar os filhos desde cedo no árabe e, por conseguinte na leitura do Corão. Há casos de, na mesma família, irmãos em idade escolar terem competências diversas no idioma e nos “costumes” e descobririam-se mais ou menos “ocidentais” no contexto de suas relações na palestina. Tânia, por exemplo, relata que esta adequação ao domínio do idioma e dos costumes era objeto de discussão entre seus irmãos Taisir, Sami – da Loja Acapulco – todos da família Khaled e primos, todos nascidos no Brasil. Queriam decidir sobre a impossibilidade das mulheres saírem “sozinhas” na rua ou não. A decisão era dada na família, no caso, o tio que acompanhava a família fora decisivo na definição – entre os familiares – de que as sobrinhas eram “brasileiras” e que não deveriam ser tratadas com as mesmas obrigações de uma “árabe” tal era as expectativas dos irmãos mais novos.

[...] O meu tio, o Karin, com quem tu vai conversar, se Deus quiser, ele tem uma mente mais aberta, entende? Ele não é tão... ele não segue tanto os costumes árabes assim. No caso, quando eu fui pra lá com o meu pai e meus primos, o meu irmão mais... o Sami, que é meu irmão homem mais velho, menor do que eu, mas é o irmão homem mais velho, ele... já investigou e já viu como é que é. Então, muita coisa ele nos proibia. Então não podia sair assim, não podia sair assado. Senta no carro, não pode assim, não pode lá, não pode acolá, não pode nada.

Então, né, ele.. uma mente assim, como os de lá, naquela época, que mulher não podia fazer nada, isso, aquilo. O meu tio, quando foi com as minhas primas, que a mente dele é mais aberta, ele dizia que não, que as gurias tinham que ir conhecer e trazer... tudo elas faziam, elas podiam ir a Jerusalém na parte judaica... elas participavam de campeonato de vôlei, de campeonato de basquete, iam a discotecas, iam a barzinhos. Porque lá tem tudo isso, a parte cristã toda tem, tem isso aí. Então, elas se entrosaram muito... fizeram muito mais amizades, né, muito mais amizades. Elas adoraram ficar lá. E eu já não. Eu e a minha prima já foi uma coisa mais restrita, porque a gente, entende? E elas...são menores que a gente em idade, quando elas tavam aproveitando, a gente já veio embora. Então, quer dizer que eu não aproveitei... eu me arrependo de muita coisa. Não é que... não que eu gostaria de ter feito isso, eu gostaria de ter conhecido mais, de ter feito mais amizades. (Tânia).

O que os filhos de palestinos passam a conhecer é o vigor e a realidade de certos modelos de família árabe, através de experiência conflitiva em adequar-se ou lidar com códigos diferenciados. Desta experiência aprendem a realidade de um funcionamento singular de uma “família árabe”. Uma experiência que significou um envolvimento muito próprio de apropriação do tema que uma “viagem” lhe proporcionou:

A herança, é a herança cultural da família, não é um.....não é um objeto, é... Ele... Ele era a pessoa, assim ó, que sabia quem era filho de quem, de onde tinha vindo, o que fazia da vida. Como nasceu a família, de onde veio o primeiro, né. Como foi, assim, a questão da saída da Palestina, da ocupação israelense, como é que eles vieram, como é que o Fulano se virou. Ele guardava a memória da família. Ele morrendo, eu não sei pra quem isso passou, ele morreu com 85 anos, morreu relativamente novo. Mas, ele tinha... eu não me lembro, ele tinha uma doença que eu não sei o que que era... possivelmente tuberculose ou um câncer de pulmão, eu não sei o que que era, alguma coisa a ver com o pulmão dele. E... não sei pra quem passou isso, mas ele que preservava essa memória. Ele era o típico, assim, árabe de filme, um velhão de barbas... [Samí descreve longamente este parente mais velho que o ensinava o árabe] ... Então, aquela coisa assim, o próprio beduíno, de barba longa, barba branca, assim. Gostava muito de lá. Ele me passava uma coisa... uma coisa... uma coisa forte, de uma pessoa... que, eu me lembre, foi a única pessoa, até hoje, que eu chorei a morte dela. Eu não me lembro de ter sentido a morte de mais ninguém, e quando ele morreu eu já tinha voltado pro Brasil há

muito tempo... Eu costumava passar as tardes na casa dele. Eu adorava ficar com ele. Ele que me contava quem era quem, de onde vinha, né, o que fazia, e como é que era. Ele tinha, assim, uma paciência, uma tranquilidade, uma coisa assim... Eu não podia passar pela casa dele... se ele me visse... Ele morava na mesma rua que nós, um pouco mais na frente, então pra ir pro mercado, muitas vezes, ou pra ir na casa de outro, eu tinha que passar na frente da casa dele. Então, às vezes eu tinha que me escapar, porque ele não me deixava passar ali na frente... E os filhos dele muito bons, também... (Sami)

Por outro lado, esta experiência de diáspora age no sentido de reorganizar e reforçar a noção de um estilo peculiar de uma “família árabe”, aprendida pela experiência da viagem. Apesar da transcrição das entrevistas serem em sua maioria de homens, que teoricamente parecem aprender este estilo familiar ao desafiar e colocar em questão sua adequação ao proposto pela família de origem, as mulheres também relatam as viagens como um momento de aprendizado do idioma árabe e como uma experiência que reforça laços com a família de orientação e com o tema da “origem”, reforçando também aspectos conflitivos das relações de autoridade na família:

É, ele é meu irmão... porque eu e minha irmã somos as mais velhas, depois tem um irmão mais novo. Eu tenho três irmãos homens mais novos que nós, mas dos homens ele é o mais velho. Ele tem 30 anos agora. Então, ele não queria. Então, era ele e meu tio brigando. Meu tio dizia que nós íamos e íamos sentar com os homens e ele diz que não, que não. Até no carro, quando a gente entrava no carro, ele mandava nós entrar no meio pra nós não olhar pra janela. (Tânia).

A experiência de Tânia, por exemplo, envolve o aprendizado tardio do idioma árabe. Irmã de Taisir e Faisal ela, teoricamente, fizera a “mesma” viagem, estavam juntos na mesma casa, mas o significado desta iniciação é expresso de uma outra forma:

[...] E eu tinha... me apelidaram lá na Palestina, porque eu fui uma das... eu tenho acento meio pesado, então não consigo falar muito bem o... aquele detalhe que eu te falei. Me apelidaram lá como “a menina que não sai de casa”. Sabe como é a expectativa dos... deles lá quando chega uma família nova, eles ficam todos assim, e acham assim, te acham assado e então... [...] É. E eu, como não saía de casa, eles sentiam aquela curiosidade, aí me apelidaram desse... “a menina que

não sai de casa”. Depois de 8 meses, eu resolvi.. resolvi... tentar me defender sozinha. Eu já sabia falar, mas tinha medo de falar e errar, tinha vergonha mesmo. E a casa lá sempre cheia de visitas, né. Sempre, né, se visitando muito lá, sempre tão se visitando. Então, um dia chegou uma visita, eu me lembro que fazia oitos meses que eu tava lá, e a minha prima tava comigo na sala e a minha mãe tava fazendo chá, e eu tava falando com eles, mas sempre com a minha prima do lado, eu me sentia mais segura com ela do meu lado. [...] É. Aí ela saiu, propositalmente ela saiu e me deixou sozinha, pra ver como é que eu me saía. Né que eu me saí bem. Aí, depois que eu vi que eu me saí bem, eu comecei. [...] Aí eu fazia questão até de sair. Depois eu recebia muito elogios, porque eu falava com o árabe [com acento] do Egito. Até mandei uma fita pro meu pai. Meu pai gostou muito, chorou quando recebeu a fita e... e todo mundo dizia que a gente tinha aprendido muito rápido, daí eu vi que idade não... esse negócio de ir velho pra lá não importa, tu aprende. Se tu tem força de vontade, tu aprende. Claro que a gente não chegou a estudar, a seguir uma carreira, porque eu fui pra lá pra aprender a falar e escrever. (Tânia).

Além do conflito entre irmãos e primos, a experiência de viagem de Tânia é imediatamente anterior a sua participação na OLP como militante da *Sanaud* (*voltaremos*) no Chuí e de seu posterior casamento com um filho de migrantes palestinos residentes em Rio Grande e São Paulo. A experiência de Tânia reforça o aspecto iniciático das viagens internacionais como forma de organizar e dar um tom pessoal e inalienável ao tema da origem. Mostra, por outro lado, que este reconhecimento não significava apenas um diferencial perante os “outros”, não-árabes ou não “turcos”, no Chuí. É uma experiência de alteridade, de estranhamento nas relações familiares e de auto-reconhecimento do lugar que o tema da “origem” ocupa em sua trajetória e nas suas relações familiares atuais.

Considerações finais

Os relatos nos revelam o lugar central das viagens internacionais e dos “deslocamentos” nas trajetórias dos entrevistados. As viagens são produzidas pela família e, através das viagens os laços familiares são compreendidos, traduzidos e reiterados como detendo um “estilo próprio”.

Em muitos aspectos a experiência de rediasporização lembra o tema do “transnacionalismo”. Ou seja, a experiência de “diáspora” pode ser vista como um momento do processo migratório em que instaura a possibilidade de viver em dois ou três locais de forma conectada, sucessiva, um momento transnacional. No entanto, particularmente prefiro manter algumas distinções entre os conceitos. Tal como a diáspora, a prática do trânsito transnacional é vista, muitas vezes, como uma “estratégia” de reprodução social que pretende, a longo prazo, viabilizar um retorno “definitivo”. São conceitos que remetem a “estilo de vida” daqueles que aprendem a dominar vários códigos simultaneamente e que não encontram sua “homeland” senão no trânsito.¹¹ Neste caso, as similaridades entre transnacionalismo e diáspora parecem mais evidentes.

A noção de transnacionalismo pode carregar um tom de autonomia dos sujeitos que transitam que não necessariamente incorporaram seja como condições que viabilizam a viagem, seja no significado embutido na mesma. Portanto, tal como o conceito de diáspora – devidamente ampliado e múltiplo – a perspectiva transnacional pode referir-se a importância das condições sociais que envolvem este trânsito internacional. Saliento que nesta “readiasporização” estes valores não são óbvios ou propostas assumidas pelas famílias ou mesmo a resultante desta experiência de trânsito internacional.

A literatura que trata do trânsito internacional, sob a ótica do transnacionalismo, analisa a família como parte da viabilidade do deslocamento e, confere a ela um sentido instrumental. Isto significa, frequentemente, trazer à tona a *família* como uma motivação para o sujeito que migra, especialmente por que retorna ou deseja retornar em uma outra condição financeira.¹² O que

¹¹ A questão tem sido exaustivamente analisada por James Clifford (1997), Homi Bhabha (1998), entre outros, no sentido de uma crítica a antropologia na localização do objeto e da sua fixidez, um “campo” de estudo que direcionou o estudo de “ilhas” e “nativos”, situados, fixados a priori. Neste sentido, tal como os autores propõem é possível repensar a produção de identidades sociais não como o encontro entre distintos, mas como lugares onde algo começa a se fazer presente (Bhabha, 1998), marcado pela ambivalência.

¹² Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) reúnem estudos que abordam a imigração e o transnacionalismo. Nestes estudos, predominam a crítica a noção de assimilação e uma tentativa

ocorre na vida do sujeito que transita é, de fato, uma mudança de status na família, como alguém que foi iniciado nos costumes, isto pode vinculá-lo ainda mais a decisões tomadas na parentela, e portanto, não produz uma autonomia em uma outra unidade doméstica.

Como demonstrei, é importante perceber a centralidade da *família* como uma motivação mas também como ordenadora da experiência da *viagem*. Assim, ela não só viabiliza o trânsito internacional em seu sentido instrumental, mas é ordenadora da experiência dos sujeitos – nas motivações e na produção da viagem como um momento de iniciação no tema da *origem*. Aí, talvez a principal diferença entre um transnacionalismo e as experiências relativas a diásporas.

Finalmente, cabe pensar se este “transnacionalismo” é um momento da diáspora, ou aponta para uma experiência com características singulares. Nesse sentido, para meus entrevistados, prefiro o uso da noção de diáspora em seu sentido plural. O que chamo a atenção é que a diáspora nada tem a ver com um fascínio pelo trânsito internacional que a noção de transnacionalismo pode evocar. A circulação internacional e o *desenraizamento* poderiam lembrar o perfil de um cidadão do mundo, sem fronteiras com desenvoltura e domínio de idiomas e códigos culturais e a família poderia ser tomada no seu sentido instrumental como, tão somente, uma viabilizadora deste trânsito. A experiência que os filhos de palestinos referem é, do contrário, uma experiência altamente codificada na forma de acontecer e ser viabilizada pela família e vivida, muitas vezes, como um desconfortável deslocamento. Este deslocamento é reorganizado e traduzido nas relações familiares, recontado inúmeras vezes, partilhado entre parentes e amigos que tiveram experiência similar.

de precisar a definição e abrangência do conceito de transnacionalismo. Nos artigos reunidos, temas como as redes de relações e os “laços primordiais” que viabilizam o transnacionalismo tornam-se um tema importante para a percepção dos múltiplos contextos de definição da identidade social. Rios (1992) sintetiza as vantagens da perspectiva transnacional, frente a noção de assimilação, como forma de entendimento das migrações internacionais produz um detalhado comentário sobre as demais etnografias apresentadas nesta publicação.

A desenvoltura com vários códigos culturais e idiomas pode dar os contornos de uma experiência transnacional, porém a resultante desta experiência é o re-conhecimento de uma origem cujos “ganhos” são muito questionados, mas que significaram, acima de tudo, a produção de um “re-conhecimento” de laços primordiais e de um “estilo específico da família” – *uma família árabe*.

Referências

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CLIFFORD, James. Diasporas. In: CLIFFORD, James. *Routes, travel and translation in the late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 244-277.

DAVIS, Uri. *Palestine refugees at the Crossroad of 1996 permanent status negotiations*. Shaml Publications, 1996. Disponível em: <<http://www.shaml.org>>.

DELVAL, Raymond. *Les Musulmans en Amerique Latine et aus Caraïbes*. Recherches & Documents. Amerique Latines. L’Harmattan, 1992.

GEERTZ, C. Form and variation in Balinese village structure. In: POTTER, J.; DIAZ, M.; FOSTER, G. (Org.). *Peasant society*. Berkeley: University of California, 1967.

KHALIDI, Rachid. La formation de l’identité palestinienne: les années décisives: 1917-1923. *Qantara*, n. 23, p. 34-37, Printemps, 1997.

MORRIS, Benny. Appendix 1: the number of Palestinian refugees. In: MORRIS, Benny. *The birth of the Palestinian refugees problem: 1947-1949*. London: Cambridge University Press, 1987. p. 297-298.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste. In: ATLAS das Terras Indígenas/Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ, 1994. p. V-VII.

RIOS, Palmira. Comments on rethinking migration: a transnational perspective. In: SCHILLER; BASCH; BLANC (Org.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. Annals of The New York Academy Of Sciences, v. 645. New York, 1992. p. 225-230.